PEDIDO DE VISTAS

Projeto de contratação de presos pode ficar para 2020

Proposta foi criticado por alguns vereadores tangaraenses

RODRIGO SOARES / Redação DS

A Câmara Municipal de Tangará da Serra voltou a discutir na tarde desta terça-feira, 03 de dezembro, uma proposta do Executivo que gerou bastante polêmica no meio político e entre a sociedade em geral: o Projeto de Lei 144/2019, que pede permissão para contratação de reeducandos que se encontram no Centro de Detenção Provisória de Tangará da Serra (CDP).

A proposta já havia tido dois pedidos de vistas aprovados pelos parlamentares e novamente teve sua apreciação adiada durante sessão ordinária na tarde de ontem.

De acordo com o vereador Professor Vagner Constantino, autor do novo pedido de vistas, o objetivo do prazo é analisar alguns pareceres para atender o desejo da população em relação ao tema. "Vou pedir vistas de 21 dias, e por acaso se vier um projeto substitutivo que contemple o clamor da sociedade para que possa fazer o convênio sem remuneração, se ficar pronto antes e vier, a gente pede a quebra das vistas", explicou o parlamentar, que teve seu pedido aprovado por 12 votos.

Câmara discutiu o projeto na tarde desta terça-feira

Com isso, a proposta o justo", enfatizou o parlamentar.

tem a possibilidade de retornar em discussão somente no ano que vem, tendo em vista que o recesso parlamentar terá início no próximo dia 17 de dezembro.

Na tribuna, o vereador Ronaldo Quintão se mostrou contra a proposta original do Executivo, argumentando que concorda com a mão de obra da população privada de liberdade, porém sem ser de forma remunerada. "Entendo que o pagamento seja realizado pela remissão da pena. É

A vereadora Sandra Garcia também demonstrou preocupação com a possibilidade de aprovação do Projeto de Lei. "Cada reeducando que alcançar esse convênio terá direito a um salário mínimo vigente. Além disso, o Município teria que repassar mensalmente para a entidade R$ 6.600,00 destinados ao pagamento de agentes prisionais que farão a segurança do local de trabalho nos turnos de folga", criticou a parlamentar.

ENERGIA ELÉTRICA

Ipem MT fará aferição de medidores para CPI da Energisa

Visita técnica dos parlamentares realizada à sede do Ipem

THIELLI BAIRROS / Sedec MT

O Instituto de Pesos e Medidas de Mato Grosso (Ipem MT) fará a aferição dos medidores de energia elétrica em todo Estado atendendo solicitação dos deputados estaduais que compõem a CPI da Energisa, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT). O pedido foi feito em visita técnica dos parlamentares realizada à sede do Ipem MT, em Cuiabá.

O relator da CPI, deputado Carlos Avallone (PSDB), explicou que em um estado vizinho, onde a concessionária de energia também está sendo investigada em uma comissão, houve denúncias de distorções que chegam a 40% nas contas de energia elétrica.

A Comissão solicitará à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) um profissional estatístico e o IPEM fará a medição de dez medidores por dia.

"Antes do Natal traremos um número significativo para a população. Estamos fazendo um trabalho técnico e, se tiver problemas, vamos identificar, cobrar os responsáveis e encaminhar para que sejam punidos", afirmou.

Os medidores serão retirados e lacrados pela Ener-

> "Antes do Natal traremos um número significativo para a população

gisa, com apoio da Polícia Militar, de acordo com o deputado Elizeu Nascimento (DC). "Trabalharemos com as denúncias feitas ao Procon e também aquelas que coletamos durante audiências púbicas realizadas nas Câmaras Municipais", explicou.